

Corpos e identidades que escapam: uma análise autoetnográfica da mulher deficiente ou aquilo que o Direito não vê¹

Gabriella Sabatini Oliveira Dutra (UFMG/Minas Gerais)

Palavras-chave: Autoetnografia, mulher deficiente

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz-se como experimentação a partir do diálogo entre os relatos da minha vivência cotidiana como mulher deficiente² e as inquietações trazidas por autoras acadêmicas³, na tentativa de complexificar questões relacionadas a gênero e deficiência. Deste modo, o texto se apresenta de maneira indiscreta, tanto às formas tradicionais de produção de conhecimento quanto ao modo como atua o Direito hegemônico (aquele apresentado como neutro e universal, que cria normas e aplica sanções).

Assim, o debate se delinea através da experiência apresentada pela autoetnografia, que permite tatear formas de vida alternativas, ao criticar práticas normativas sem qualquer pretensão de universalização desta crítica, ou seja, sem colocar em termos que fixe esta identidade. "A experiência torna-se não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque visto ou sentido) que fundamenta

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

² Utilizarei ao decorrer do texto as expressões "mulher deficiente" e "deficiente", aproximando a linguagem da perspectiva queer da deficiência, ao conceder o sentido de abjeção. É mais, se utilizará tais terminologias por denotar que a "deficiência é parte constitutiva na identidade dessas pessoas, e não um detalhe" (MICHAEL OLIVER, COLIN BARNES Apud DEBORA DINIZ, 2007, p. 20). Isto é, no mesmo sentido que atualmente é adotado o termo "negro" no lugar de "pessoas de cor" (DEBORA DINIZ, 2007)

³ Na medida do possível, consagrando o pensamento feminista, será utilizado o gênero feminino quando envolver um conjunto misto de pessoas, de modo a desnaturalizar o uso comum e patriarcal do masculino em nossa língua. Aqui, o masculino será utilizado apenas ao me referir a um único autor ou a um conjunto de autores.

o conhecimento, mas aquilo que buscamos explicar" (JOAN SCOTT, 1999, p. 05). Neste ponto, preciso me posicionar como mulher deficiente com lesão visual parcial, branca, acadêmica e ativista, um lugar de onde "fala com" e "não fala por", traçando o processo pelo qual o trabalho se desenvolve (DONNA HARAWAY, 1995).

Com efeito, são pontos importantes neste estudo: a experiência da mulher deficiente apresentada através da autoetnografia, a desnormalização dos corpos, o caráter identitário desses corpos, e, por conseguinte, a ética da interdependência. Não pretendo, através deste texto, estabelecer uma análise de inteira profundidade, mas apresentar o necessário para uma mínima compreensão do significado e implicações de viver em um corpo com lesão. Aqui, em certa medida, busca-se também traçar interfaces ainda perenes com o Direito⁴, seja por ser um debate em construção, ou por se tratar de uma tentativa de romper com estruturas que nos antecedem.

Neste sentido, refletir sobre a experiência e relatos trazidos pela autoetnografia envolve escancarar trajetórias que evidenciam o teor fluido das identidades formadas por corpos vulneráveis, demonstrando tensões entre si e com o Direito. Dessa forma, busca-se apreender por meio do toque, do modo como se vive e experimenta historicamente as construções sociais a partir do gênero e da deficiência. Aqui, as palavras podem nem fazer sentido, pois dizem o difícil de ser transformado em texto, com narrativas que não surgem como uma lição para os homens não deficientes, mas como uma tentativa de reconhecimento dessas sinestésias que vão do subjetivo ao social e do individual ao coletivo. E, com toda certeza, não procura se envaidecer sobre quem se é, mas desconstruir percepções normalizadoras sobre entre quais se encontra.

Portanto, meus relatos têm proporções que vão para além da minha condição pessoal, indo do local ao global, por se referir também a:

momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso por sua vez permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o local e o global (DOREEN MASSEY, 2000, 184).

⁴O uso da palavra "Direito" em maiúsculo sem está acompanhado por "hegemônico" possui o mesmo sentido, isto é, me refiro a uma ciência ou instituição opressora.

Finalmente, importante acentuar que as referências bibliográficas são feitas através de nome e sobrenome das autoras, numa tentativa feminista de contrariar a perspectiva patriarcal de uma neutralidade da ciência, cuja figura do pensador é associada ao masculino.

D) A autoetnografia: considerações epistemológicas

Autoetnografia é uma epistemologia que me coloca em um entrelugar; ora como pesquisadora que em tese não permeia minhas vivências pessoais e ora como o próprio "objeto de pesquisa". Neste sentido, ao trabalhar com a autoetnografia surgem questões relevantes como: qual lugar a mulher deficiente tem na academia? Ser a pesquisadora que tem seu íntimo marcado através do trabalho de campo com outras mulheres deficientes? Ou, ser a deficiente que marca o íntimo de outras pesquisadoras?

Essa sempre foi uma das minhas principais inquietações, sobre como contrariar as formas hegemônicas de produção de conhecimento por meio da experiência. Mas a questão mais intimidadora envolve o seguinte fato; a pesquisa acadêmica sobre mulheres deficientes se restringe a falar sobre elas, concebendo e tornando possível sua existência na academia? Falando sobre essas mulheres de que maneira, para quem e com qual objetivo?

Ao me preparar para o processo seletivo do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um dos meus "colegas" me recomendou ir para a banca oral de óculos escuros e bengala, para que os avaliadores tivessem certeza da minha limitação visual⁵. Ele dizia isso dando gargalhada, como se houvesse uma presunção de que seu comentário seria uma brincadeira inofensiva. Assim, suas palavras de deboche reproduziam o capacitismo e a corponormatividade⁶, isto é, carregavam o preconceito de que seria mais fácil minha

⁵ Sou uma mulher com baixa visão, mas tenho uma boa locomoção e independência na maioria das atividades diárias. Vivo a ambigüidade de viver em um corpo aparentemente sem lesão.

⁶ As teorias queers influenciaram diretamente os estudos sobre deficiência, surgindo a teoria crip (ROBERT McRUER, WILKERSON; 2003). Enquanto a primeira evidencia que a sociedade é regida pela heterossexualidade compulsória, a segunda traz a corponormatividade como vigente nas

aprovação caso eles se sensibilizassem com minha "tragédia pessoal", que ficaria evidente a partir da reprodução dos estereótipos sobre a maneira como um corpo com impedimentos visuais se apresenta nos ambientes sociais.

Este foi um dos eventos que me fez compreender que para realizar uma pesquisa acadêmica sobre a deficiência seria necessário trazer minha experiência e refletir sobre de que maneira minha subjetividade como pesquisadora deficiente tornava-se imprescindível para entender como a opressão social contra os deficientes limita esta efervescência existencial. Sempre me percebi como deficiente; uma criança, adolescente e uma mulher deficiente. Quando criança vivia parada olhando para um horizonte trêmulo imaginando o milagre que traria minha visão de volta, passando o tempo sentindo falta de algo que nunca me pertenceu. Ainda sinto na verdade! Como se eu fosse mutilada a cada segundo, a cada respiro! Todavia, a maneira como me compreendo é diferente atualmente. Antes, às vezes me pegava disfarçando minha inabilidade para algumas atividades devido a pouca visão. Hoje, não oculto minhas dependências, e eventualmente faço questão de que as pessoas tenham certeza que sou uma mulher deficiente. Gosto de pensar que isso torna nossa relação mais palpável e real, ainda que através de breves diálogos cotidianos.

Evidente, portanto, que a "vida corporal não pode estar ausente da teorização" (JUDITH BUTLER, 1993, IX), assim como "nossa experiência vivida de teorização é fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, ou liberação coletiva, não há intervalo entre teoria e prática" (bell HOOKS, 2011, p. 70). A autoetnografia se constitui como "um gênero autobiográfico de escrita e pesquisa que apresenta múltiplos níveis de consciência, conectando o pessoal ao cultural" e por meio da "ação concreta, diálogo, emoção, corporeidade, espiritualidade e autoconsciência são trazidos, aparecendo como histórias relacionais e institucionais afetadas pela história, estrutura social e cultura" (ART ELLIS; CAROLYN BOCHNER, 2000, p. 739).

Dessa forma, o presente estudo desenvolve as questões correlatas à identidade e às diferenças corporais quanto ao gênero e deficiência por meio dessas vozes, que historicamente são silenciadas pela produção hegemônica de conhecimento. Aqui, recorre-se a narrativas que permitem que "cientistas sociais tomam a dualidade da

(des)organizações sociais. A tradução do termo *crip* para o português tem a mesma conotação da palavra *queer*, ou seja, revelam uma esfera de abjeção, que aqui ocorre sobre os deficientes (RICHARD MISKOLCI, 2009; ROBERT McRUER, 2006).

identidade acadêmica e pessoal para contar histórias autobiográficas sobre algum aspecto de sua experiência na vida cotidiana" (ART BOCHNER; CAROLYN ELLIS, 2000, p.741)

Com efeito, a pretensão de estabelecer uma ciência neutra e universal é inevitavelmente colonizadora, cujo sujeito ocidental se vangloria da teoria como incontestável. Destarte, pretende-se aqui, de maneira oposta, trazer a tona um modo de experimentação que não produz conhecimento através de dualismos como (pesquisador e objeto de pesquisa), mas que por se referir ao meu lugar apresenta-se como uma autohistória "miúda" e frágil.⁷

A partir do exposto, o estudo articula memórias, relatos, emoções situadas em estruturas de poder que nos conformam a certos recortes, nos tiram de variáveis e nos fazem sonhar com outras aparições aparentemente inalcançáveis frente ao ato de poder. Essas histórias e dores cotidianas neutralizadas em percentuais e gráficos serão trazidas pela autoetnografia da mulher deficiente, na tentativa de denunciar traços de exclusão e opressão social, institucional e existencial na experimentação de gênero e deficiência, ao historicizar e espacializar essas vivências de modo a romper com padrões normalizadores dos corpos e resistir a violências.

II) O corpo como esfera de normalização: sempre achei que ser mulher deficiente era pouco, quase um engano

Era minha primeira vez naquele departamento. Minha primeira vez em todas as repartições daquele lugar. Pensei que ali seria diferente. Ao entrar tudo era novo e tinha muitas dúvidas. Então, vi um funcionário arrastando de cansaço seus sapatos empoeirados, com um rosto trincado, quase esmorecendo. E disse. - Senhor poderia me ajudar a olhar o livro que preciso, por favor! Sou deficiente visual! Pedi mais de uma vez. Não, mais que muitas. Ele olhava pra dentro de mim e não me via. Eu já distraída por esperar, me assustei com

⁷ Importante salientar que este trabalho não afirma que a autoetnografia seria a única forma adequada de produção de saberes. Ou ainda, que para falar da deficiência é preciso ser deficiente e expor suas vivências. A autoetnografia é mais um gênero epistemológico, não o único, mas que foi aqui escolhido. Não é uma epistemologia fácil, ao contrário é extremamente arriscada, pois envolve a complexidade de falar sobre algo que é experimentado social, política e existencialmente no cotidiano; havendo assim, a necessidade de expor os limites e dificuldade do estudo. Deste modo, o trabalho não procura excluir a possibilidade de "encantamento" por meio da etnografia, que também busca romper com o teor colonizador da produção de conhecimento.

seus gritos: - Conversa com aquele rapaz ali, bem ali. Isso você consegue? Isso você consegue moça? Você consegue? Essa frase ecoava nos meus ouvidos percorrendo a superfície da minha matéria precária e da minha existência inapropriada, quase imoral, se assim posso dizer, gasta e surrada pela ausência (10 de Março de 2018)

Aqui, me referi a uma situação ocorrida na biblioteca da Faculdade de Direito da UFMG, na minha primeira semana de aula como mestrande. Não foi um evento inédito, mas uma situação corriqueira. Contudo, costumamos nos enganar ao esperar comportamentos menos desumanos em ambientes acadêmicos. Quando ele gritou todos olharam com pressa, desviando o olhar furtivamente para lugar nenhum e cheios de constrangimento. Foi assim! O conhecimento sofisticado propagado nesse ambiente não parece fornecer sensibilidade ou um mínimo de coragem.

Esta situação é o que delineamos como corporalidades silenciadas⁸, que aparece na interface entre gênero, deficiência, raça e outras variáveis. Aqui, o biológico nada diz sobre quem somos, mas em muito dita relações sociais e formas de distribuição de poder.

Ao dialogar com Michel Foucault e Judith Butler, é possível inferir que o corpo ao nascer é modelado por uma estrutura de poder que define os modos de se exercer a masculinidade, a feminilidade e a normalidade da não deficiência, em que esta última envolve autonomia, independência, e assim como nas primeiras (masculinidade e feminilidade) um padrão estético específico. O que nos leva a pensar sobre quem seria a sujeitada na situação introdutória. Apenas Eu? Ou aquele homem também aceitou os termos predefinidos do poder? Um poder que é prévio, mas também continuo sobre as nossas ações (JUDITH BUTLER; 2017a, p. 10)⁹.

Mas não se trata tão somente de um poder que controla esses dualismos, feminino e masculino, deficiência e não deficiência, mas um poder que também regula nossos desejos sexuais, e controla nossas bocas, vaginas e ânus ao criar uma sexualidade de reprodução, ou no máximo que satisfaça o homem heterossexual.

Neste ponto, a representação das mulheres deficientes como corpos assexuados ou dotados de uma hipersexualidade reforça estigmas que envolvem a corponormatividade, isto é, a percepção normalizadora de que as mulheres deficientes são incapazes de provocarem ou sentirem desejo (ANAHI GUEDES DE MELLO, 2018). Deste modo, novamente a sexualidade está restrita à reprodução, quando nós

⁸Expressão que denota forma corpórea invisibilizada, esquecida e marginal na sociedade. E que assim se tornam, devido a estruturas hegemônicas de dominação e marcação dessas vivências e corporalidades.

⁹Aqui me refiro ao texto "A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição"

deficientes, nos termos de Anahi Guedes de Mello, não fomos tratados como "o degenerado que não deve ser reproduzido" (2014, p. 131).

Assim, é possível entender que o corpo não grita capacitismo ou sexualidade, mas o discurso. O discurso que torna os "seres corporais degenerados"¹⁰ uma mera invenção da ideologia de gênero ou da deficiência, por exemplo, ao trazer à cena a presença "inoportuna" da mulher trans ou das deficientes como sujeitas desejantes (DEBORA DINIZ, 2016¹¹; JUDITH BULER, 2017a; MICHEL FOUCAULT, 2001).

Talvez essas mentiras inventadas pela ideologia de gênero e deficiência (numa ironia provocativa) apenas evidenciam o que Michel Foucault diz compreender como a capacidade de inquietação do monstro que, por sua simples existência, ao mesmo tempo em que "viola" a norma, a torna sem voz. Aqui, o desvio de ser o que se é, exprime uma "forma natural da contranatureza" (MICHEL FOUCAULT, 2014, p. 69). Assim, a natureza torna-se mecanismo perigoso, que reduz nossa existência à genitália ou ao impedimento corporal, ao tornar nossos corpos marionetes de uma heterossexualidade compulsória ou da corponormatividade, nos conformando ao binarismo vendido¹² (aqui digo literalmente) por nossas instituições e construções sociais.

Quanto à deficiência, especialmente, enuncia Anahi Guedes de Mello:

para desconstruir as fronteiras entre deficientes e não deficientes é necessário explorar os meandros da corponormatividade de nossa estrutura social a dar nome a um tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismos de interdição e de controle biopolítico de corpos com base na premissa da (in)capacidade, ou seja, no que as pessoas com deficiência podem ou são capazes de ser ou fazer (2014, p. 55)

Em sentido complementar, a partir da análise de Georges Canguilhem (1978), aquilo que equivale ou se aproxima de um padrão médio definido por uma característica mensurável, seria o normal, e este estado sempre deve ser restabelecido pela Medicina, e, ousado também dizer, pelo Direito.

A norma, no campo do Direito, é uma tentativa de ordenar as condutas sociais pelo olhar, e não é qualquer olhar. É o olhar de um jurista com poder de decidir e/ou

¹⁰ O termo "seres corporais" é utilizado por Judith Butler ao decorrer de toda sua obra (Corpos em aliança e a política das ruas - 2018). Nesta ocasião a complementação por "degenerados" ocorre como uma ironia no contexto. Contudo, durante o texto o termo será utilizado, em especial, como "seres corporais vulneráveis".

¹¹ Reunião da CBEC (Centro Brasileiros de Estudos Constitucionais) - Tema: A condição feminina no país dos brucutus em 15/junho/2016

¹² Refiro-me, em especial, aos binarismos heterossexual/homossexual, deficiente/não deficiente e deficiência/capacidade.

intervir. Um olhar que compõe a classe dos detentores de poder pela renda, raça, gênero e pela propagação de um conhecimento erudito abstrato, cujo requinte é fatalmente contestado pelas vivências e experiências não tateadas por este lugar de desenvolvimento de saberes colonizadores.

Deste modo, defende Judith Butler:

(...) é inevitável que o sujeito seja vulnerável a um poder que não criou. Essa vulnerabilidade qualifica o sujeito como um tipo de ser explorável. Se tivermos de nos opor aos abusos do poder (o que não é o mesmo que se opor ao poder em si), parece prudente considerarmos no que consiste sermos vulneráveis a esse abuso. O fato dos indivíduos serem constituído em vulnerabilidade primária não justifica os abusos que sofrem; pelo contrário isso só deixa mais claro o quanto a vulnerabilidade pode ser fundamental (2017a, p. 29)

Neste sentido, reescrever nossas histórias de maneira contrária ao regime de gênero e deficiência é doloroso. Talvez por isso tenha poupado as senhoritas da minha reação na situação introdutória. Tendo em vista que apenas narrá-la renova em mim o sentimento de inadequação e uma reflexão angustiante sobre o que é experienciado cotidianamente e o que se pode desejar e vivenciar, numa alusão ao jargão "ser" e "dever ser", tão comum no Direito.

III) Não sei o que sou, talvez porque o verbo ser é frágil demais pra dizer o que somos, pois estamos sempre nos tornando

"Mal sei de mim, mal me conheço, e ao acordar de longos sonos caio no doce abismo de minha desordem" (Clarice Lispector, 1999, p. 23). Será que todas são assim? Estou tentando falar das mulheres deficientes, e de que maneira esta categoria representa a mim e tantas outras. Categoria? Esse termo não lhes soa estranho? Como algo em catálogo, etiquetado e classificado? E deficiência? Uma questão sobre impedimentos corporais ou de construções plásticas que se relacionam e se desarticulam para além das lesões?

Falar de gênero ou de deficiência envolve não se enxergar como alguém pronto e acabado, pois é possível adiantar, a partir do apresentado até então, que esses "seres

corporais vulneráveis" são plurais, móveis, percorridos por um *devir*¹³ espaço-temporal que transforma suas vivências e afetam sua visão de mundo.

A esse respeito, enuncia Clarice Lispector:

Quando me surpreendo ao fundo do espelho assusto-me. Mal posso acreditar que tenho limites, que sou recortada e definida. Sinto-me espalhada no ar, pensando dentro das criaturas, vivendo nas coisas além de mim. Quando me surpreendo ao espelho não me assusto porque me acho feia ou bonita. É que me descubro de outra qualidade (1980, p. 62)

Então, será que este devir esvazia as identidades? Todas as questões apresentadas são complexas, e este trabalho não tem a pretensão de responder por completo.

Espera! Foi quando aconteceu!

Naquela tarde cujo vapor queimava os concretos, havia num ponto de ônibus uma jovem anã. Estava sozinha, não, acompanhada por mim e uma pilha de livros que esmagava entre os braços. Parecíamos em paz, até um homem branco de terno e gravata, carregando uma pasta envernizada e sua privilegiada condição XY e outros apetrechos mais, com um cigarro branco entre seus dentes amarelados, olhar bem pra jovem e dizer: “Essa nunca arranja marido!”. Agora, diferente de antes, nós duas nos sentimos jogadas na calçada da vergonha, sufocadas pelo sacrifício de não merecer. Não, não éramos duas, mas uma. Uma única mulher, com a mesma dor. Uma dor que vem da vontade de não mais sentir dor e de não saber fazer parar. Vivendo naquele segundo seguinte a epifania de se tornar a poeira do asfalto que desliza pelo vento, que se dispersa na leveza de não ser nada, por assim escolher. No nosso caso, findado aquele segundo, voltamos à melancolia de não pertencer (02 de Abril de 2018)

Éramos parecidas nesse sentido, mulheres deficientes, que experimentam diariamente uma maneira diferente de vivenciar o próprio corpo (DEBORA DINIZ, 2007, p. 06). Mas o que significa ser mulher deficiente?

Pensar na mulher deficiente é perceber o múltiplo estigma da abjeção pela deficiência, gênero e sexualidade, estando sujeitas aos abusos de um poder marcado pela heterossexualidade compulsória e pela corponormatividade. Mulher deficiente! Um corpo rejeitado e incapacitado que não cumpri com os requisitos do corpo belo, simétrico, herdado dos gregos, ou, se não isso, que seja ao menos saudável ou

¹³ O termo é conceituado por Doreen Massey como "genuína produção do novo", em sua obra "Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade (DOREEN MASSEY, 2008, p. 89). O movimento entre espaço e tempo, que aqui afeta não apenas o "político", mas também o direito, ocorre de maneira instável e conflituosa, delineado por exclusões/inclusões que aparecem e desaparecem, se multiplicam e camuflam, mudam de voz e de corpo, trazendo a tona inquietações como as expostas neste texto.

minimamente "tolerável" (ANAHI GUEDES DE MELLO; ADRIANA HENRIQUE NUREMBERG, 2012). A mulher deficiente foge das expectativas da mulher como "objeto sexual", na medida em que "quanto mais 'desviante' e 'deformado' um corpo, mais repulsa os 'normais' sentem desse corpo, da sexualidade dissidente desse corpo, no sentido de que esse corpo é 'sujo', 'imundo', 'contagioso" (ANAHI G.UEDES DE MELLO, 2014, p. 129)

Assim, no relato acima, aquele homem, suas palavras, seu porte, seu andar, nos lembraram do nosso lugar: marginal, "miúdo", esquecido, silenciado e do nosso corpo "mutilado", "vergonhoso", "desgraçado" e "depravado". Aqui o *devir* não dilui nossa condição e posição como mulher deficiente, ao contrário, nos rememora e encoraja a reescrever nossas histórias enquanto tais.

Nesta esteia, é importante repensar as "categorias de identidade" a partir da análise das relações sociais como assimétricas. Para Judith Butler, a insistência na unidade da categoria das mulheres rejeita as plurais inserções políticas e culturais, uma crítica apresentada em relação ao próprio feminismo. A autora trata a identidade mulher como estando ligada às ficções de coerência heterossexuais e masculinas, sendo necessário que o feminismo acolha todo um conjunto de gêneros não coerentes da perspectiva dessas ficções (JUDITH BUTLER, 2017b).

Fazendo uma analogia àquilo que Michel Foucault trata ironicamente como uma "verdade do sexo", seria também impossível uma "verdade da deficiência", assim como enuncia Judith Butler em relação ao gênero, haja vista que tal "verdade" é articulada por mecanismos de normalização que buscam e produzem identidades coerentes e unívocas, se apresentando como um dispositivo performativo da linguagem (JUDITH BUTLER, 2017b, p.44-46; MICHEL FOUCAULT, 2001). Neste ponto, a partir desse discurso inventado é preciso pensar a identidade para além da "identidade masculina", "heterossexual" e "não deficiente", pois estas não envolvem um parâmetro fundamental a ser seguido (JUDITH BUTLER, 2017b, p. 67).

Portanto, podemos pensar que ser mulher deficiente abarca um conjunto de variáveis múltiplas que se deslocam de maneira descontínua, pois esses "seres corporais vulneráveis" encontram-se num espaço de justaposições de circunstâncias, fazendo com que certos corpos sempre tenham mais força que outros. Neste sentido, Doreen Massey (2008) acentua que o espaço é formado por múltiplas trajetórias/temporalidades, criando rupturas e desigualdades, que não podem ser vistas em termos de avanço e atraso, o que provocaria o não reconhecimento dessas estórias alternativas (2008, p. 129-130).

Deste modo, a identidade da mulher deficiente está correlata a "uma agenda geopolítica estratégica por meio da qual se empreendem lutas por sentidos dos direitos, da democracia, da liberdade e da igualdade", pois "os oprimidos são sujeitos históricos que ocupam uma posição no espaço e nele disputam e tencionam seu lugar, de modo a provocarem os deslocamentos" (MARIA FERNANDA REPOLÊS, informação verbal, 2017)¹⁴.

Com efeito, ocorrendo de maneira desigual as disputas entre esses corpos neste espaço-tempo, as questões sobre gênero e deficiência nos provocam a reflexão sobre o direito, como parte do conflito (MARIA FERNANDA REPOLÊS, 2017)¹⁵. E mais, nos leva a pensar em igualdade de oportunidades e direitos, e aqui me refiro em especial ao direito de estar no mundo e de experimentar sua corporificação como lhe aprouver e/ou como for possível (deficiência).

Assim, passa a ter importância refletir mais sobre como se vive o direito, como se sobrevive aos tribunais e leis que não falam para nós, tampouco por nós; mulheres deficientes, entre tantas outras; negras, indígenas, lésbicas e trans, cujas vivências também exigem um deslocamento do direito em direção aos afetos emergentes na precariedade de nossos corpos e experiências.

Aqui, tratar como pressuposto ao Direito aqueles sujeitos abstratos e autossuficientes apenas reforça um jogo capacitista e patriarcal que não condiz com a forma como vivemos, isto é, relações sociais que estão regidas pelo cuidado e interdependência (DEBORA DINIZ, 2007; EVA KITTAY, 1999; JUDITH BUTLER, 2018). Princípios relacionais que são, entretanto, pouco estimados por serem considerados valores femininos e, mais, por se relacionarem apenas àqueles analisados como improdutivos por uma estrutura econômica cruel; os velhos, as crianças, os animais e os deficientes.

Deste modo, argumenta Anahi Guedes de Mello:

a reciprocidade e o respeito às pessoas com deficiência começa pelo reconhecimento de que as deficiências necessidades e dependências que todo ser humano "normal" experimenta, coloca-o em uma relação de continuidade entre a vida "normal" e a vida de uma pessoa com deficiência. Em suma deficiências, necessidades, dependências e vulnerabilidades são inerentes à condição humana e privar as pessoas idosas e com deficiência dessas capacidades básicas se configura em uma injustiça social. É justamente por

¹⁴MARIA FERNANDA REPOLÊS; CARVALHO NETTO, Menelick de. Conferências. *III Congresso de Direito Constitucional e Filosofia Política*. Curitiba, UFPR e UFMG, 26/10/2017 (Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1947399758831422&id=1391445371093533).

¹⁵Opcit, informação verbal.

isso que a ética do cuidado se configura em um conceito central da teoria feminista da deficiência, por estar intimamente ligado também à justiça de gênero, uma vez que o ofício do cuidado em geral recai sobre as mulheres (2014, p. 127)

Esta reivindicação ética está correlata a uma "vida corporal" que sempre nos parece está passível à agressão. Isto é, a condição precária é incontestável, mas nossa constituição como "seres corporais vulneráveis" também depende, em grande medida, de estruturas econômicas e sócias que definem o modo como precariedades serão distribuídas (JUDITH BUTLER, 2018, p. 128-134).

Na primeira situação detalhada, eu precisei daquele homem pra pegar um livro, pois a minha condição precária como deficiente é inevitável. Contudo, sua reação está vinculada a um problema político que envolve a forma como a sociedade se encontra marcada pelo capacitismo, nos sujeitando a abjeção por meio da distribuição desigual da precariedade em relação aos demais. O que parecia entregar facilmente àquele homem "o direito" de me tratar como "nada", por acreditar ser mais "meritório" e "solene" do que eu. Dessa forma, como argumenta Judith Butler, distribuir de maneira desigual as precariedades, depende "das normas dominantes no que diz respeito às vidas que são passíveis de luto ou que são dignas apenas de um luto marginal e episódico e, nesse sentido, já estão perdidas em parte ou completamente e, portanto, merecem menos proteção e apoio" (2018, p.131).

A autora enuncia que ao pensar no significado de se responsabilizar pela vida do outro, nos deparamos com as "condições corporais da vida e, portanto, com um compromisso não apenas com a persistência corpórea do outro, mas com todas as condições ambientais que tornam a vida possível de ser vivida" (JUDITH BUTLER, 2018, p. 130). E assim, a precariedade nos expõe a dimensões frágeis e à importância do cuidado e da interdependência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho as experiências de um lugar marginal na academia, no sentido particular da minha posição enquanto mulher deficiente torna a autoetnografia a força crítica do estudo, na tentativa de questionar as formas colonizadoras de produção de saberes, e no sentido de romper com perspectivas normalizadoras desses corpos vulneráveis e com a coerência de suas identidades.

Neste sentido, eu, Gabriella, contando histórias de mulheres deficientes, falo por mim, como apenas uma entre muitas, sem poder dizer de maneira terminativa e individual quem são elas, como elas vivem e sobrevivem. Mas falo sobre uma luta cotidiana, expondo nossas dependências e os sofrimentos provocados pela lesão. Deste modo, não queremos mais nos exhibir com habilidades exigidas pelas legislações, imbuídas de um projeto capacitista e corponormativo, pois é preciso entender que todas, deficientes ou não, somos dependentes, e apenas vivemos a partir do cuidado umas com as outras. (EVA KITTAY, 1999)

Todavia, desemaranhar o vínculo entre o Direito e as perspectivas normalizadoras e capacitistas de seus agentes, que se encontra ligado a estruturas que são ao mesmo tempo frágeis e dominantes, é necessário no cenário de conflitos. Isso significa denunciar orientações ditas neutras e racionais enquanto escolhas patriarcais e capacitistas, elevadas ao status de consenso e de norma imparcial *erga omnes*.

Portanto, visibilizar tais experiências nos levaram a pensar na importância de formas menos desiguais de distribuição de precariedades. Ao tencionar vivências dos "seres corporais vulneráveis" entre si e com o Direito torna-se evidente a interdependência como forma de manutenção da vida (EVA KITTAY, 1999; JUDITH BUTLER, 2018). Contudo, a interdependência que faz com que o "outro não seja radicalmente outro, nem eu esteja radicalmente aqui enquanto um eu" (JUDITH BUTLER, 2018, p. 133), me parece fundamentalmente impossível, haja vista que "até então nunca vira a coragem. A coragem de ser o outro que se é, a de nascer do próprio parto, e de largar no chão o corpo antigo. E sem lhe terem respondido se valia a pena" (CLARICE LISPECTOR, 1999, p. 99)

Por fim, ainda que penoso quebrar estruturas que nos antecedem e nos conformam a um lugar fixo, é preciso expor nossas vivências para alcançar novas formas de apreensão e reconhecimento dessas corporificações e experimentações pelas construções sociais, instituições e pela própria acadêmica. Pois, como mencionado, o descaso quanto a nossa condição precária enquanto mulher deficiente corrobora para uma precariedade diferente da existencial, mas que não se desvincula dela, qual seja, a precariedade pelo não reconhecimento de nossos direitos, de nossa existência e do nosso luto. O que nos enredam a uma busca infundável pela adequação de nossa condição em categorias e recortes com os quais não nos identificamos, e que se dá por meio de um discurso "que é ao mesmo tempo dominante e indiferente" a nós (JUDITH BUTLER, 2017a, p. 29; 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAHI GUEDES DE MELLO. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre a violência contra mulheres com deficiência. Dissertação (Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis. 2014

ANAHI GUEDES DE MELLO; ADRIANA HENRIQUE NUERNBERG. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p.635-655, 2012

ART BOCHNER; CAROLYN ELLIS, A. **Autoethnography, personal narrative, reflexivity: Researcher as subject**. In: DENZIN NORMAN; LINCOLN, Y. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks,CA: Sage, 2000. p. 733 – 768.

bell HOOKS. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fonte, 2011

CLARICE LESPECTOR. **Perto do coração selvagem**. São Paulo: Circulo do Livro, 1980

_____ **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro. Rocco. 1999, p.99

DEBORA DINIZ. **O QUE É DEFICIÊNCIA?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DONNA HARAWAY. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

DOREEN MASSEY. **PELO ESPAÇO:** Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

EVA KITTAY. **Love`s Labor.** New York. Routledge, 1999

GEORGES CANGUILHEN. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Universidade Forense, 1978.

JOAN SCOTT. **Experiência.** Falas de Gênero. (Orgs) Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânes Regina Oliveira Ramos. Tradução de Ana Cecília Adoli Lima. Santa Catarina. Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

JUDITH BUTLER. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”.** Nova Iorque: Routledge, 1993.

_____ **A vida psíquica do poder:** Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017a, p. 09-39.

_____ **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 2017b, p. 17-70.

_____ **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria da performativa de assembléia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018

MARIA FERNANDA S. REPOLÊS; CARVALHO NETTO, Menelick de. Conferências. *III Congresso de Direito Constitucional e Filosofia Política.* Curitiba, UFPR e UFMG, 26/10/2017

MICHAEL OLIVER; COLIN BARNES. **Disabled People and Social Políticy:** from exclusion to inclusion. London: Longman, 1998

MICHEL FOUCAULT. **História da Sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001

_____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2014

RICHARD MISKOLCI. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, ano 11, n. 21, jan/jun. 2009

ROBERT McRUER; WILKERSON A. L. Desiring Disability: queer theory meets disability studies. **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 9, n. 1-2, 2003

_____. **Crip Teory: cultural signs of queerness and disability**. New York: New York University Press, 2003